

28/05/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 742.764 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: EDUARDO PEDROSA DAVID
ADV.(A/S)	: FABRÍCIO DE ALENCASTRO GAERTNER E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
ADV.(A/S)	: BEATRIZ ALMEIDA DA SILVA
ADV.(A/S)	: PAULO HENRIQUE DE SOUSA AZEVEDO

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTIMAÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO ADVOGADO E RETIRADA DOS AUTOS ANTES DA PUBLICAÇÃO. INÍCIO DA FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 242 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTEMPESTIVIDADE.

1. O prazo para a interposição de recurso conta-se da data em que os advogados são intimados da decisão, sentença ou acórdão, na dicção do artigo 242 do Código de Processo Civil.

2. O advogado diligente que se antecipa à publicação do *decisum* está a contribuir com a celeridade e a efetividade da entrega da prestação jurisdicional. Desse modo, nos moldes do artigo 242 do Código de Processo Civil, o proceder do advogado que teve ciência pessoal e formal de determinado pronunciamento decisório traz como consequência o início da fluência do prazo recursal na data da cientificação, pois estaria abdicando da intimação ficta que se dá via publicação do ato no Diário da Justiça.

3. Como ressaltado na jurisprudência desta Corte, *“todo ato processual tem uma forma, a forma é apenas o meio, não é fim. Daí ser soberano no processo o princípio da instrumentalidade das formas dos atos processuais; se por outro meio se alcançou o mesmo fim, não se pode, por amor à forma, sacrificar o ato. O ato de conhecimento foi meio perfeito e completo, qual foi a retirada dos autos do cartório pelo próprio advogado que deveria recorrer”*.

AI 742764 AGR-AGR / RJ

Nesse sentido são os precedentes do STF: Embargos de Divergência no Recurso Extraordinário nº 63.646, acórdão publicado na RTJ 58/576; Recurso Extraordinário nº 75.115, julgado em 18.09.74. **Precedentes do STJ:** Recurso Especial nº 22.714-DF, relator Ministro Waldemar Zveiter, DJ de 24.08.1992; Recurso Especial nº 2.840-MG, relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 03.12.1990.

4. *In casu*, o advogado firmou o “ciente” em 28 de novembro de 2011 e, por empréstimo, retirou os autos, que somente foram devolvidos em 05 de dezembro de 2011, data em que foi protocolado o primeiro agravo regimental.

5. Segundo agravo regimental não provido, mantendo-se não conhecimento do primeiro regimental.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 28 de maio de 2013.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

28/05/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 742.764 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: EDUARDO PEDROSA DAVID
ADV.(A/S)	: FABRÍCIO DE ALENCASTRO GAERTNER E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
ADV.(A/S)	: BEATRIZ ALMEIDA DA SILVA
ADV.(A/S)	: PAULO HENRIQUE DE SOUSA AZEVEDO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Por meio da decisão de folhas 377/378, neguei seguimento ao agravo de instrumento, *in verbis*:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. NÃO CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO. PREVISÃO DO EDITAL. CADASTRO RESERVA. AUSÊNCIA DO NECESSÁRIO PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO JÁ CARREADO AOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279/STF.

1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se inexistir questão constitucional, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da CF).

2. O prequestionamento explícito da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário.

3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente, *verbis*: ‘É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada’ e ‘O

AI 742764 AGR-AGR / RJ

ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.’

4. A Súmula 279/STF dispõe, *verbis*: “Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário”.

5. É que o recurso extraordinário não se presta ao exame de questões que demandam revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, adstringindo-se à análise da violação direta da ordem constitucional.

6. *In casu*, o acórdão recorrido assentou: ‘ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL – MANDADO DE SEGURANÇA – PARTICULAR QUE PRETENDE SUA NOMEAÇÃO PARA CARGO APÓS TER SIDO APROVADO EM NONO LUGAR NO QUAL QUARENTA CANDIDATOS FORAM APROVADOS, PORÉM SOMENTE CONVOCADOS OS DOIS MAIS BEM CLASSIFICADOS – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA O PROCESSAMENTO DO FEITO – DESNECESSIDADE DA FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO – PROVIMENTO DO APELO’.

7. **NEGO SEGUIMENTO** ao agravo de instrumento.”

O advogado da parte agravante teve ciência formal do inteiro teor dessa decisão, consoante se lê às folhas 383:

**“Ciente pela parte agravante da decisão de fls. 377/382.
Brasília, 28 de novembro de 2011”.**

O advogado do agravante interpôs agravo regimental em 05 de dezembro de 2011 (folhas 385/3970). Após a manifestação da Procuradoria Geral da República, no sentido do improvimento do agravo regimental (folhas 402/407), **proferi decisão não conhecendo do agravo regimental, por ser intempestivo**. Na oportunidade, anotei:

“AGRAVO FORMALIZADO CONTRA A DECISÃO MEDIANTE A QUAL FOI NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DE 5 DIAS PREVISTO NO ARTIGO 317 DO

AI 742764 AGR-AGR / RJ

REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
INTEMPESTIVIDADE EVIDENCIADA. NÃO CONHECIMENTO DO
RECURSO.

DECISÃO: O recorrente teve ciência formal da decisão mediante a qual neguei seguimento ao agravo de instrumento no dia 28 de novembro de 2011, segunda-feira (folha 383), vindo a ser formalizado o agravo regimental em 05 de dezembro de 2011 (folha 385), não sendo observado o prazo de 5 (cinco) dias para interposição do recurso previsto no artigo 317 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que teve como termo final o dia 02 de dezembro subsequente, haja vista que, nos termos do artigo 242 do Código de Processo Civil, “*o prazo para a interposição de recurso conta-se da data em que os advogados são intimados da decisão, sentença ou acórdão*” (g.n.).

Ex positis, evidenciada a intempestividade do agravo regimental, com base no artigo 21, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, não conheço do recurso.”

Este segundo agravo regimental se insurge contra essa última decisão. O recorrente sustenta que o prazo recursal começa a contar da data que o advogado é intimado (CPC, artigo 242) e essa contagem é feita de acordo com o artigo 184 do Código de Processo Civil, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, prorrogando-se para o primeiro dia útil quando esse último dia do prazo recair em data na qual não há expediente forense. Assim, *in casu*, o término do prazo recursal se deu no sábado, sendo prorrogado para segunda-feira, dia 05 de dezembro de 2011, data em que protocolada a petição do agravo regimental. Afirma, por isso, ser tempestiva a impugnação formalizada pelo agravante.

Pede o provimento do segundo agravo regimental e, afastado o fundamento da intempestividade, o primeiro agravo regimental seja provido e determinado o processamento do recurso extraordinário obstando na origem.

É o relatório.

28/05/2013

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 742.764 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Conforme anotado na decisão objeto do segundo agravo regimental, o recorrente teve ciência formal da decisão mediante a qual neguei seguimento ao agravo de instrumento no dia 28 de novembro de 2011, segunda-feira (folha 383), vindo a ser formalizado o agravo regimental em 05 de dezembro de 2011 (folha 385), não sendo observado o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição do recurso previsto no artigo 317 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que teve como termo final o dia 02 de dezembro daquele ano. Evidenciada, assim, a intempestividade do agravo regimental, haja vista que nos termos do artigo 242 do Código de Processo Civil, “o prazo para a interposição de recurso *conta-se da data em que os advogados são intimados da decisão, sentença ou acórdão*”.

Desse modo, consoante dispõe a norma processual civil, o início do prazo recursal teve início no dia 28 de novembro de 2011, em face da ciência formal, documentalmente comprovada no processo, às folhas 383.

É importante ressaltar que o advogado diligente que se antecipa à publicação do *decisum* está a contribuir com a celeridade e efetividade da entrega da prestação jurisdicional. Desse modo, nos moldes do artigo 242 do Código de Processo Civil, o proceder do advogado que teve ciência pessoal e formal de determinado pronunciamento decisório traz como consequência o início da fluência do prazo recursal na data da cientificação aposta, pois estaria abdicando da intimação ficta que se dá via publicação do ato no Diário da Justiça, e o prazo recursal transcorreria, no caso, normalmente a partir da intimação pessoal.

No caso em exame, o advogado firmou o “ciente” em 28 de

AI 742764 AGR-AGR / RJ

novembro de 2011 e, por empréstimo, retirou os autos, que somente foram devolvidos em 05 de dezembro de 2011, data em que foi protocolado o primeiro agravo regimental (folha 383).

A jurisprudência desta Corte não autoriza a pretensão do agravante, que pugna pelo reconhecimento da tempestividade do primeiro agravo regimental. Para documentação, transcrevo os seguintes julgados:

“EMENTA: Intimação do advogado. A retirada dos autos do cartório, pelo advogado da parte, constitui ato inequívoco de conhecimento da sentença, de modo a determinar automaticamente o transcurso do prazo para a interposição do recurso. (...) Embargos de divergência recebidos” (Embargos de Divergência no Recurso Extraordinário nº 63.646, acórdão publicado na RTJ 58/576).

“EMENTA: Intimação. (...) Validade. (...) Ciência inequívoca da sentença, pela retirada dos autos do cartório. Início, a contar dela, do prazo para recurso” (Recurso Extraordinário nº 75.115, julgado em 18.09.74).

O entendimento encontrou ressonância na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, órgão ao qual a Constituição Federal outorgou competência para a interpretação da lei federal que, a respeito da exegese do artigo 242 do Código de Processo Civil, assentou:

“EMENTA: Processo civil. Agravo de Instrumento. Prazo para interposição. Contagem. Data da intimação do advogado. Arts. 241, I e 242, do CPC.

I – Diz, expressamente, o art. 242, do CPC, que o prazo para a interposição de recurso conta-se da data em que os advogados são intimados da decisão, da sentença ou do acórdão. (Recurso Especial nº 22.714-DE, relator Ministro Waldemar Zveiter, DJ de 24.08.1992)

“EMENTA: Recurso. Tempestividade. Intimação do advogado.

AI 742764 AGR-AGR / RJ

Para a fluência do prazo recursal, é de rigor a intimação do advogado, somente se prescindindo de sua formalização quando o procurador toma ciência inequívoca da decisão, como é o caso da retirada dos autos de cartório”. (Recurso Especial nº 2.840-MG, relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 03.12.1990).

É importante ter presente o disposto no artigo 154 do Código de Processo Civil, no qual está prescrito:

“Art. 154. Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial”.

Daí a razão pela qual, adotando o princípio da instrumentalidade das formas, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem assente que a aposição de ciência, bem assim a retirada dos autos do cartório pelo advogado da parte – tal como ocorrido no caso *sub examine* –, constitui ato inequívoco de conhecimento da decisão, de modo a determinar automaticamente o início da fluência do prazo para a interposição de eventual recurso. É importante, portanto, trazer a lume o que preconizado pelo Ministro Amaral Santos no julgamento dos Embargos de Divergência no Recurso Extraordinário nº 63.646, *in verbis*:

“Todo ato processual tem uma forma, a forma é apenas o meio, não é fim. Daí ser soberano no processo o princípio da instrumentalidade das formas dos atos processuais; se por outro meio se alcançou o mesmo fim, não se pode, por amor à forma, sacrificar o ato. O ato de conhecimento foi meio perfeito e completo, qual foi a retirada dos autos do cartório pelo próprio advogado que deveria recorrer”.

Ex positis, nego provimento ao segundo agravo regimental e mantenho a decisão mediante a qual não foi conhecido o primeiro agravo.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 742.764

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : EDUARDO PEDROSA DAVID

ADV.(A/S) : FABRÍCIO DE ALENCASTRO GAERTNER E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S/A

ADV.(A/S) : BEATRIZ ALMEIDA DA SILVA

ADV.(A/S) : PAULO HENRIQUE DE SOUSA AZEVEDO

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 28.5.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma